

**ORGANIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DOCENTE: DESAFIOS ESTRUTURAIS
EXPLICITADOS NAS ELEIÇÕES DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DOCENTES DO
ENSINO SUPERIOR (ANDES-SN)**

**ORGANIZACIÓN Y MOVILIZACIÓN DOCENTE: DESAFÍOS ESTRUCTURALES
EXPLICITADOS EN LAS ELECCIONES DE LA ASOCIACIÓN NACIONAL DE
DOCENTES DE EDUCACIÓN SUPERIOR (ANDES-SN)**

**TEACHER ORGANIZATION AND MOBILIZATION: STRUCTURAL CHALLENGES
MADE EXPLICIT IN THE ELECTIONS OF THE NATIONAL ASSOCIATION OF
HIGHER EDUCATION TEACHERS (ANDES-SN)**

DOI: <http://doi.org/10.9771/gmed.v15i2.55316>

Eblin Joseph Farage¹

Resumo: Este artigo traz reflexões sobre os processos de organização do movimento docente no ANDES-SN, partindo de uma perspectiva histórica e dialética, que considera o Sindicato Nacional imbricado nas relações sociais. A partir de revisão bibliográfica e documental, traz elementos que consideram os impactos das transformações do mundo do trabalho, a ascensão da extrema-direita e a proliferação da sociabilidade violenta, na mobilização e organização docente, e suas afetações nas instituições de ensino. Considera ainda os processos de rupturas e fracionamento das organizações dos trabalhadores e dos partidos políticos do campo da independência de classe, impactando as disputas políticas e eleitorais no interior do Sindicato Nacional.

Palavras-chaves: ANDES-SN. Organização docente. Eleições.

Resumen: Este artículo presenta reflexiones sobre los procesos organizativos del movimiento docente en ANDES-SN, a partir de una perspectiva histórica y dialéctica, que considera la Unión Nacional entrelazada con las relaciones sociales. A partir de una revisión bibliográfica y documental, trae elementos que consideran los impactos de las transformaciones en el mundo del trabajo, el auge de la extrema derecha y la proliferación de la sociabilidad violenta, en la movilización y organización de los docentes, y sus afectaciones en los procesos educativos. También considera los procesos de ruptura y escisión de las organizaciones obreras y de los partidos políticos en el campo de la independencia de clase, impactando en las disputas políticas y electorales al interior de la Unión Nacional.

Palabras clave: ANDES-SN. Organización docente. Elecciones.

Abstract: This article presents reflections on the organizational processes of the teaching movement in ANDES-SN, starting from a historical and dialectical perspective, which considers the National Union intertwined with social relations. Based on a bibliographical and documentary review, it brings elements that consider the impacts of the transformations in the world of work, the rise of the extreme right and the proliferation of violent sociability, in the mobilization and organization of teachers, and their affectations in educational institutions. It also considers the processes of rupture and division of workers' organizations and political parties in the field of class independence, impacting political and electoral disputes within the National Union.

Keywords: ANDES-SN. Teaching organization. Elections.

Introdução

Vivemos em nossa história recente um conjunto de retrocessos impostos pelo articulado efeito entre crise estrutural do capital, ascensão da extrema-direita e refluxo da organização dos trabalhadores, em várias partes do mundo. A base estruturante desse processo de transformação simbiótica encontra-se, em certa medida, nas transformações impostas pelo sistema capitalista na busca de manter sua reprodução e recuperar as taxas de lucros, o que exigiu uma profunda reconfiguração do mundo do trabalho e da atuação do Estado.

Essas transformações impactam a sociabilidade cotidiana em diferentes dimensões. O mundo do trabalho cada vez mais precarizado, em que paulatinamente foram retirados os direitos sociais e trabalhistas conquistados com a organização dos trabalhadores, torna o futuro cada vez mais incerto e fluído. Um futuro para o qual educação e ensino superior parecem ser descartáveis ou, ao menos, é descartável a educação de qualidade, que privilegia a formação integral e considera as pessoas como sujeitos das relações sociais. Nos termos de Gramsci (2001), uma educação omnilateral, que não se limite ao mercado de trabalho, mas que, considerando a centralidade do trabalho, forme os indivíduos para a emancipação humana.

O rebaixamento da perspectiva educacional em países de capitalismo dependente como o Brasil, de histórico colonizado e escravocrata, está diretamente vinculado ao que Lima (2007) designa como Projeto do Capital para a educação, gerido pelos representantes do capital, via organismos internacionais, como Organização Mundial do Comércio (OMC), Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM) e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Uma educação ‘terciária’, nos termos do BM, que pode ser aligeirada, esvaziada de conteúdos, mas que busque certificar em larga escala. Outro elemento central para o rebaixamento da expectativa educacional da população está vinculado às possibilidades reais de inserção no mercado do trabalho que, diante das transformações imposta pelo que Antunes (2018) denomina indústria 4.0, têm se tornado mais precárias.

A articulação desses dois elementos, que derivam, entre outros, das necessidades de reconfiguração do capitalismo a partir de sua crise estrutural, e do processo de mercantilização da vida, impacta de forma incisiva na educação superior pública. Não apenas na forma, mas também na organização do movimento docente nacional, que cada vez mais se divide entre táticas e estratégias, e também entre distintos projetos de educação. A intensificação da precariedade das relações sociais, o pauperismo, o desemprego, o avanço da extrema direita, entre outros, são elementos que colocam o movimento docente entre a luta pelo possível na ordem, a busca de uma ‘humanização’ do capital e o desafio de construir projetos que tenham no horizonte a emancipação humana, considerando as mediações necessárias ante a realidade e a conjuntura. As diferentes leituras e posições dividem o movimento docente combativo e podem fragilizar a luta em defesa de uma Universidade pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada.

O debate sobre táticas e estratégias, assim como dos princípios que movem as organizações políticas, está no centro do que consideramos as discordâncias prevaletentes na denominada esquerda hoje no Brasil. Um debate antigo, presente na conjuntura, que permeia todas as organizações da classe trabalhadora, entre elas o movimento sindical. Não estando o movimento docente do ensino superior

público alheio ao movimento das relações sociais em curso, acaba sendo atingido por essas disputas, agravadas na conjuntura, pelo retrocesso social, político, cultural e econômico pelo qual o Brasil passou após o golpe que levou ao impedimento da presidente Dilma Rousseff. Como afirmava Florestan Fernandes (2006, p. 357), “(...) uma sociedade capitalista semidemocrática é melhor que uma sociedade capitalista sem democracia alguma. Nesta, nem os sindicatos nem o movimento operário podem se manifestar com alguma liberdade e crescer (...)”.

Essa conformação parece reacender a antiga questão, colocada por Rosa Luxemburgo (1999), sobre Reforma ou Revolução. Na qual a autora, com grande precisão, coloca questões ainda hoje atuais, em seu debate com a teoria reformista de Bernstein, que defende, entre outras questões, que “a luta sindical e a luta política pelas reformas trarão um controle social cada vez mais vasto das condições de produção” (BERNSTEIN *apud* LUXEMBURGO, 1999, p. 41). Posição que Rosa considera reformista, pois subordina a organização autônoma dos trabalhadores à lógica do desenvolvimento capitalista, reduzindo as “atividades dos sindicatos essencialmente à luta pelo aumento de salários e redução do tempo de trabalho, isto é, unicamente à regularização da exploração capitalista (...) (LUXEMBURGO, 1999, p. 44)”.

Se compreendemos que a reprodução social da vida, como afirmava Marx (1974), é dependente de condições materiais objetivas, a luta por melhores salários e condições de trabalho, devem de fato estar na prioridade da ação sindical. Porém, se consideramos que o horizonte é a superação da ordem capitalista, faz-se necessário conjugar táticas e estratégias que não limitem a ação sindical ao possível dentro da ordem. “Nesse sentido, as estratégias são os caminhos construídos na tentativa de alcançar determinados objetivos classistas e as táticas constituem os procedimentos cotidianos capazes de nos aproximar desses objetivos” (SACHS, 2010, p. 23 *apud* PAULA, 2021, p. 33).

Como afirma Fernandes (2020a, p. 64):

(...) É preciso que saibamos, com plena convicção, o que pretendemos e como avaliar as funções sociais construtivas da universidade. Se não para sermos ouvidos e exercermos influência, pelo menos para defendermos com responsabilidade e com coragem as posições que já assumimos e que precisam ser mantidas. Cada nação e cada povo possuem a universidade que merecem. Acabaremos muito mal, nesse terreno, se não soubermos o que queremos e, principalmente, se não soubermos lutar pelo que queremos. Clarificar o nosso pensamento, a esse respeito, vem a ser parte de uma situação de luta, na qual não seremos poupados e nem nos poderemos poupar!

Refletir sobre os desafios da organização docente do ensino superior público, em defesa de educação de qualidade e para todos, pressupõe considerar as mudanças do mundo do trabalho, as novas exigências para a formação da força de trabalho, o projeto neoliberal e a imposição de uma sociabilidade mercantilizada, que rebatem e impactam a organização e a mobilização docente. E, também, as disputas internas ao campo classista e ao movimento sindical e partidário, que dão forma ao movimento sindical. Assim, esse artigo, que se baseia em revisão bibliográfica, pesquisa documental, e na experiência militante docente, estará dividido em três partes, além da introdução. A primeira parte apresentará reflexões gerais sobre as determinações do capital para o mundo do trabalho e os impactos do ultraneoliberalismo na educação superior pública; a segunda parte tratará da experiência eleitoral do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES-SN), como uma expressão das disputas internas e dos projetos

políticos que impactam a luta em defesa da educação superior pública, e a parte final serão tecidas considerações para continuarmos esse longo debate.

As determinações do ultraneoliberalismo e os impactos na educação superior pública

Como educação e política de educação são processos vinculados às relações sociais, não ‘pairam’ na sociedade, ao contrário, são expressão dos projetos em disputas entre as classes, compreender os movimentos de organização do movimento docente, pressupõe contextualizá-lo na conjuntura.

A educação superior, em um país de capitalismo tardio, marcado por processo de colonização e escravidão por mais de trezentos anos, traz em sua particularidade as marcas de uma sociabilidade violenta, racista e machista. Traços que permeia todas as fases do desenvolvimento do país, marcando os contornos de sua sociabilidade. As marcas dessa sociabilidade, que transforma tudo em mercadoria, estão presentes nos contornos, projetos e no processo de desenvolvimento da universidade brasileira, explicitando sua imbricação nas relações sociais, e também, evidenciando, que nada mais e nada menos, é a luta de classes que move as lutas pela educação no país. Assim, mesmo ante a resistência de uma parte da categoria docente do ensino superior, que se considera ‘intelectual’, ‘pesquisador’, ‘professor’ e não trabalhador, a realidade insiste em demarcar os distintos projetos em disputa. Como afirma Fernandes (2020, p. 140), “(...) há que se combater a “neutralidade” do pensador e do investigador, mediante uma politização explícita, através dos valores fundamentais da universidade livre e democrática” (...).

Se por um lado temos um projeto de educação pública, laica, gratuita, socialmente referenciada e para todos, defendida por organizações dos trabalhadores. Por outro temos o projeto de uma educação mercadoria, considerada um serviço, tendo como representantes os empresários da educação, e os organismos internacionais que, via Estado, tem sido exitoso na implementação desse modelo de educação. Esses projetos, em disputa, ganham expressões diferentes em nossa sociabilidade.

Para os que defendem a educação como um bem público e para todos, estruturada em um sistema de ensino laico, gratuito, antiracista, antimachista, antilgbtfóbico e anticapacitista, o enfrentamento ao Estado capitalista e aos seus representantes, nas diferentes instâncias governamentais, torna-se uma constante. Um enfrentamento que busca alargar a amplitude de atendimento e responsabilizar o poder público pela qualidade da educação, pois a considera uma forma de contribuir para o avanço da consciência dos sujeitos sociais, o processo de organização coletiva e a ampliação da visão de mundo.

Já os defensores do projeto do capital para a educação propugnam um sistema educacional que possa ser mercantilizado e a apropriação do fundo público de forma privada. Defendem as parcerias público privadas e diferentes formas de privatização, das clássicas às não clássicas que, apesar de manter sob a designação estatal os equipamentos, coloca sua gestão sob a orientação e a lógica privada.

Como afirma Fernandes (2020, p.133):

Seria possível fazer dezenas de perguntas sobre o que ocorre. Contudo, o que o país espera não são perguntas, são respostas. O dinheiro público tem sido malbaratado ou dilapidado segundo métodos típicos do saque colonial. O que está em jogo não é só a “crise de autoridade e de competência administrativa”. São padrões éticos de fazer

política. As prioridades não são atribuídas ao que deve vir primeiro e o clientelismo modernizado afasta os governos da racionalidade administrativa, gerando um monstro de duas faces.

Esse tem sido o legado histórico de um país colonizado que submete todas suas riquezas e potencialidades à mercadorização da vida, ao uso indiscriminado e destrutivo de pessoas e bens naturais, que não prioriza a educação como meio de formar uma nação autônoma e independente. No Brasil, como afirmava Fernandes (2020) na década de 1980, a crise da Universidade estava em sua superficialidade, ligada à escassez de recursos, hoje, na segunda década do século XXI, pode ser considerada uma crise estrutural, que ultrapassa os limites impostos pela escassez de recursos orçamentários. A crise que abate a educação pública superior hoje, é a que atinge também a educação pública básica, e se configura como uma crise de sociabilidade, imposta por uma racionalidade inicialmente neoliberal, e agora ultraneoliberal, que esvazia a universidade pública de seu papel criativo e propositivo, subordinando a formação profissional e a produção do conhecimento às demandas do mercado e do capital.

Uma racionalidade que, como afirma o autor:

“Neutro” ou “radical”, o *scholar* desapareceu. Surgiu em seu lugar o “especialista” e, o que é pior, o “profissional”. A Indústria cultural de massa e as instituições comercializadas de pesquisa tomaram as posições de ponta, vendendo o saber e liquidando com o sábio de corte humanista (FERNANDES, 2020, p. 135-136)

Junta-se a essa nova racionalidade, cada vez mais violenta, as novas exigências de formação da força de trabalho, pautadas pela flexibilização das relações trabalhistas e pelo domínio da tecnologia no mundo do trabalho. Um mercado de trabalho cada vez mais *uberizado*, nos termos de Antunes (2018), precarizado e aviltante, para o qual a formação pública de qualidade pode ser dispensada. Resistir a esse desmonte estrutural da educação superior pública, a sua refuncionalização e ao seu esvaziamento de conteúdos e sentidos, exige a resistência organizada da sociedade e do movimento docente, para o qual o movimento sindical é essencial.

Vivemos no período da pandemia do novo coronavírus um dos maiores índices de desemprego do país, chegando, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a cerca de 14 milhões de desempregados e 6 milhões de desalentados. As filas nos lixões do país, assim como para pegar ossos de animais, tomaram, em vários momentos, os noticiários da grande mídia. Mas, acima de tudo, expandiram-se as formas de trabalho precarizado, como os *uberizados* ou de plataforma, que invisibilizam os trabalhadores, retiram direitos e precarizam suas condições de vida. A pandemia acelerou um processo em curso no mundo, a plataformização do trabalho, que está impactando os países de capitalismo dependente de forma avassaladora. Como afirma Antunes (2020, p. 11), “a uberização é um processo no qual as relações de trabalho são crescentemente individualizadas e invisibilizadas, assumindo, assim, a aparência de “prestação de serviços” e obliterando as relações de assalariamento e de exploração do trabalho.”

Ao contrário do que alguns analisam, essas relações não se restringem à iniciativa privada, ao contrário, pouco a pouco expandem seu *modus operandi* para os serviços públicos. Após a pandemia, tivemos que tratar, de forma pouco problematizada, com a demanda dos técnicos-administrativos das universidades federais, pelo trabalho remoto ou híbrido. Uma realidade que se consolidou em diferentes áreas dos serviços

públicos, como no Judiciário, distanciando e invisibilizando trabalhadores, individualizando os processos de trabalho, camuflando os assédios, e provocando um profundo impacto na organização coletiva.

Esses distanciamentos, articulados à propagação da perspectiva miliciana, autoritária, fundamentalista da extrema-direita, têm não apenas repercutido em políticas como a ampliação de acesso a armas de fogo, o crescimento dos grupos neonazistas no país, como têm imposto uma sociabilidade violenta de convívio, no qual a vida e as relações tem pouca importância. Transformando o que Machado (2008, p.41), ao analisar a “violência urbana”, denomina de “sociabilidade violenta”, em uma regra geral para a sociabilidade, que transforma “a força, de meio de obtenção de interesses, no próprio princípio de coordenação das ações”, explicitado nos mais vários aspectos das relações sociais.

Como afirmam Dardot e Laval (2017, p. 12), ao tratar da fase atual neoliberal do capitalismo.

Disso resultou um novo sistema de normas que se apropria das atividades de trabalho, dos comportamentos e das próprias mentes. Esse novo sistema estabelece uma concorrência generalizada, regula a relação do indivíduo consigo mesmo e com os outros segundo a lógica da superação e do desempenho infinito. Essa norma da concorrência não nasce espontaneamente em cada um de nós como produto natural do cérebro: não é biológica, é efeito de uma política deliberada. Com o auxílio diligente do Estado, a acumulação ilimitada do capital comanda de maneira cada vez mais imperativa e veloz a transformação das sociedades, das relações sociais e da subjetividade.

Essa lógica, destrutiva de qualquer tipo de sociabilidade coletiva, também se coloca na universidade pública. Como afirmado anteriormente, como a educação é fruto das relações sociais, também nela se impregnam o individualismo, a lógica neoliberal, a sociabilidade violenta, a falta de esperança e a competição.

É fundamental, para a compreensão dos desafios postos ao movimento docente classista, autônomo e combativo, compreender, desvelar, analisar e dar visibilidade às distintas dimensões do capitalismo ultraneoliberal, que não apenas mercantiliza, mas que busca expropriar as possibilidades de construções contra-hegemônicas da organização dos trabalhadores também na universidade pública.

Importante salientar que, ao contrário do que usualmente se avalia, essa prática destrutiva e competitiva não se encontra apenas nas denominadas ciências exatas e biológicas. Também na área das ciências sociais aplicadas e nas ciências humanas, a sociabilidade mercantilizada, competitiva e violenta se faz presente.

No último período, ante a ascensão da extrema direita no Brasil, com a eleição de Jair Bolsonaro (2019-2022), explicitou-se um pouco dessas dimensões, que já existiam de alguma forma ‘camufladas’, no interior das instituições públicas de ensino. Os diversos enfrentamentos realizados, com o projeto de retrocesso político-econômico-social-cultural, de esvaziamento das instituições públicas, retirada de direitos e questionamento a princípios republicanos, não se restringiram a instâncias fora das universidades, ao contrário, também nas instituições de ensino identificamos os tentáculos da política autoritária e violenta. Como nunca antes na história do Brasil, vivenciamos 22 intervenções do governo federal nos processos de escolha de dirigentes das instituições federais de ensino superior. Cabe destacar, que em todos os casos, os(as) interventores(as), eram da própria comunidade acadêmica, ou seja, um(a) docente, um(a) ‘colega’, que se dispôs a encarnar abertamente essa política. Outro destaque que merece registro é que os(as) interventores(as) não foram apenas das chamadas áreas duras, pois houve também oriundos da área das

ciências humanas. A perseguição a docentes, por parte de gestões e chefias imediatas ampliou-se, assim como as denúncias baseadas em *fake news* de discentes em relação a docentes. Esse fato levou o Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior, o ANDES-SN, a aprovar no 37º Congresso Nacional do ANDES-SN, a constituição da Comissão Nacional de Combate à Criminalização dos(as) docentes, para acolher casos de perseguição a professores(as) no interior das instituições de ensino. A resolução aprovada no Congresso do Sindicato Nacional, em janeiro de 2018 em Salvador, demonstra a preocupação que já pairava na vanguarda da categoria docente.

Que o ANDES-SN, em caráter emergencial, constitua uma comissão formada por três integrantes da coordenação do GTPFS, três do coletivo jurídico e em cada caso representantes das seções sindicais ou das secretarias regionais envolvidas na denúncia que ficará responsável pelo levantamento, acompanhamento e denúncia dos casos de assassinatos, perseguições, investigações, judicializações e criminalizações de caráter político promovidos pelos aparelhos repressivos do Estado ou por **grupos reacionários organizados dentro e fora das Instituições de Ensino Superior, IFs, CEFETs**, com o fim de **repressão e cerceamento da liberdade de pesquisa, de ensino, de aprendizagem, de mobilização e de luta**. Essa comissão deverá se articular de forma mais ampla com os coletivos de luta, partidos, movimentos sociais e sindicatos, garantindo rápida divulgação, acompanhamento e proteção, e quando necessário, deverá ser prestada assessoria jurídica aos docentes criminalizados (Resolução do 37º Congresso do ANDES-SN, 2018, mimeo. Grifo nosso).

De março de 2018 até março de 2020, foram registrados 14 casos de docentes perseguidos que recorreram à Comissão Nacional. Vale destacar que os casos tinham algumas características em comum, a saber: i) a celeridade como a instituição de ensino tratava as situações, levando a termo sanções descabidas, como a exoneração do serviço público; ii) a resistência dos docentes em procurar o sindicato local e nacional, diante da preocupação de que a intervenção do sindicato na situação desfavorecesse o docente diante da administração universitária; e iii) as arbitrariedades de algumas administrações universitárias na perseguição aos docentes. Todos os casos foram de perseguição política e/ou irregularidades promovidas no interior da instituição de ensino, ou seja, pelos ‘colegas’ da comunidade acadêmica.

Também os projetos Escola sem Partido (ESP) tomaram fôlego redobrado nesse período de retrocesso. Mesmo que já presentes como proposta desde 2004, quando criado pelo advogado Miguel Nagib, e tendo lastro no Congresso Nacional desde 2014, quando apresentado por Flávio Bolsonaro, foi no período pós-golpe de 2016 que se aceleraram suas ações e as tentativas de consolidação jurídica. Chegou a haver uma dezena de projetos apensados no Congresso Nacional, sob a justificativa de combate à ‘ideologia de gênero’, à ‘politização da educação’ e ao ‘marxismo cultural’. O ESP buscou formas oficiais/legais de esvaziar a educação, buscando reduzi-la a um instrumental para a preparação subalternizada ao mercado de trabalho precarizado.

Para combater esse que era considerado um dos maiores ataques à educação foi criada a Frente Nacional Escola sem Mordaza, lançada no Rio de Janeiro em 2018 e relançada no Congresso Nacional em 2019. Ainda em 2018, o ANDES-SN divulga orientações para que os docentes se preservem, o que incluía a recomendação de que fosse inserido nos programas das disciplinas ofertadas, a expressa proibição de gravação da imagem do professor e das aulas, sem sua prévia autorização. Desde a ditadura empresarial

militar, não se vivenciara tal condição nas instituições públicas de ensino superior, foi o período de maior evidência do lastro do entulho autoritário.

Mesmo que não tenha sido aprovado nenhum projeto ESP no Congresso Nacional e nas diferentes tentativas junto a Câmara de Vereadores e Assembleias Legislativas dos estados, a ideologia do projeto proliferou na educação básica e superior. Mesmo sem aprovação formal, sem regulamentação legislativa, acabou por impor certa cultura de medo, que reverberou em mudanças de conteúdos em disciplinas, retirada de conteúdos da prática da educação básica, e preservação docente diante de conteúdos mais críticos, o que, em si, já esvazia a educação pública de qualidade.

Mas também no interior das instituições de ensino os efeitos dessa sociabilidade violenta e do projeto neoliberal do capital para a educação se fizeram sentir na comunidade acadêmica, via docentes. Vejamos alguns elementos desse processo, elencados sem juízo de valores, e sem responsabilizações que podem simplificar a complexidade desse momento histórico, mas que sinalizam uma reconfiguração interna nas instituições de ensino: i) a reação e a organização das comunidades acadêmicas contra as intervenções na nomeação de reitores(as) se deram de forma desigual. Na maior parte das instituições com muita resistência e luta, na tentativa de garantir a nomeação do mais votado pela comunidade acadêmica, mas em alguns lugares, com baixa mobilização e até adesão da chapa não nomeada (tendo sido a mais votada entre a comunidade acadêmica) à gestão interventora; ii) o acirramento da competição entre docentes, subordinados à lógica dos editais, em um período em que os recursos se tornaram ainda mais escassos, impulsionando a competição no lugar da colaboração; iii) o apassivamento da categoria docente e do movimento docente, tendo sido o primeiro governo, desde Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), no qual não foi realizada uma greve nacional das instituições federais de ensino. Vale destacar que houve mobilizações e greves, tanto em federais como em universidades estaduais, mas não como movimento nacional; iv) imposição de metas por parte das instituições de ensino, em pleno período da pandemia da Covid-19 (SARS-CoV-2), e obrigatoriedade de seus cumprimentos, sem considerar a condição de docentes, técnicos-administrativos e estudantes; v) a adesão acrítica ou de pouca reflexão dos Programas de Pós-Graduação às metas e métricas das agências de fomento, entre outros. Mesmo considerando o baixíssimo investimento das instituições de ensino na pesquisa; a falta de técnicos-administrativos para auxiliar nas tarefas da pós-graduação; a quase ausência de financiamento para participação em eventos, organização de publicações e atividades extraclasse, entre outros, os docentes, se esforçam em cumprir metas, elevar a produção e atender as exigências impostas pelas instituições. Vale ressaltar que as métricas de avaliação, que em sua maioria generalizam todas as áreas de produção do conhecimento, são elaboradas e mensuradas, por ‘colegas’ docentes.

A absorção por parte dos programas de pós-graduação das métricas da lógica produtivista, da competição, das parcerias públicos-privadas, do financiamento privado, da cobrança de mensalidades, da valorização apenas das produções classificadas com *qualis*, é, uma das expressões mais violentas do nível de absorção da lógica capitalista na educação pública. Conquistando corações e mentes, essa lógica absolutamente adoecedora e segregadora hierarquiza por dentro as instituições públicas de ensino. Essa lógica predatória, como afirmam Dardot e Laval, sinaliza um novo “processo de posse, no decorrer do

qual o que até então conseguia escapar da lógica de dominação capitalista acaba sofrendo uma forma ou outra de colonização” (DARDOT, LAVAL, 2017, p. 137), do qual a universidade pública, infelizmente, não passa ilesa.

Para além das intervenções nas universidades federais, a competição interna entre docentes, a expansão do projeto ESP, a militarização da educação básica e a proliferação do fundamentalismo religioso na comunidade acadêmica, são também explicitações da sociabilidade violenta usadas como justificativa para a intolerância, em especial de raça e gênero. Assim como o projeto de educação domiciliar, que considera que uma educação sem sociabilidade, exclusivamente relegada ao âmbito familiar, é mais importante para as crianças do que as relações possíveis na escola. Nega-se a interação, a relação, o coletivo, avançando na sociabilidade cada vez mais individualista, solitária, como foi o período marcado pela educação mediada por tecnologia durante a pandemia da Covid-19.

Certamente, do conjunto de ações, práticas e concepções que avançaram no último período, que passam pelas novas exigências do mundo do trabalho mediado por tecnologias impondo uma nova morfologia (ANTUNES, 2018), pela sociabilidade violenta e pela ascensão da extrema direita no Brasil, a incorporação da tecnologia como mediação na educação pública, durante a pandemia, foi uma das mais intensas na imposição de uma nova racionalidade ao cotidiano educacional. Uma racionalidade combatida de forma veemente pelos defensores de uma educação dialógica, presencial e socialmente referenciada que, nos últimos trinta anos, opuseram-se às indicações dos organismos internacionais e à mercantilização da educação.

A experiência da educação mediada por tecnologia nos anos 2020 e 2021, não pode sequer ser qualificada nem mesmo como educação à distância, modalidade prevista na legislação educacional, pois se revelou como uma precária incorporação da tecnologia, sem preparação de docentes e discentes, sem disponibilização de recursos por parte das instituições de ensino, uma tentativa de transpor o intransponível, que é a educação presencial pela mediada pela tecnologia. Os efeitos imediatos desse processo foram amplamente discutidos em seu percurso, críticas contundentes a uma adesão acrítica, assim como as repercussões imediatas sobre a saúde mental; rebaixamento da qualidade do ensino; dificuldade de acesso à internet por parte da comunidade acadêmica; dificuldade de acesso à bibliografia; esvaziamento do processo de ensino-aprendizagem; efeitos deletérios na produção acadêmica, em especial de mulheres que agregaram distintas funções no período da pandemia, entre outros. Mas agora, tendo retornado as atividades presenciais de ensino-pesquisa-extensão, é necessária a realização de pesquisas que identifiquem não apenas as lacunas no que se refere a conteúdos, adoecimento e processo de ensino-aprendizagem, mas, sobretudo, os efeitos culturais que eivaram na comunidade acadêmica, esvaziando as instituições de ensino de uma rotina de ações presenciais, uma vez que, mesmo tendo acabado oficialmente na maior parte das instituições, o trabalho remoto, na prática, em muitas realidades continua: i) reuniões das mais variadas e das diferentes instâncias universitárias; ii) banca de graduação e pós-graduação; iii) capacitações diversas para docentes e técnicos administrativos; iv) lançamento de livros; v) debates; vi) cursos de extensão; vii) eleições diversas no interior da universidade; entre outros.

Não se trata de negar a tecnologia e nem mesmo rechaçar toda e qualquer mediação tecnológica no trabalho da educação. A experiência da pandemia remeteu a comunidade acadêmica para práticas que facilitaram o cotidiano, otimizaram recursos e, em alguns casos, até mesmo democratizaram participações e acessos. Trata-se de compreender a cultura que se espalhou no meio da comunidade acadêmica, que passa pela adaptação ao trabalho educativo remoto, em casa, sem diálogo, sem convívio coletivo. Um processo, em certa medida, impulsionado pelo precário financiamento das instituições de ensino superior públicas, que não dispõem de espaços adequados de pesquisa e extensão, bibliotecas, restaurantes universitários, laboratórios etc. A cultura imposta no período da pandemia, que já tinha lastro em parte da comunidade acadêmica que sempre defendeu o ensino à distância, encontra-se com as precárias condições de estudo e trabalho nas instituições de ensino público e, ainda, com a necessária organização do espaço residencial de docentes e técnicos-administrativos para a realização do trabalho.

Essa interseção de fatores coloca a educação pública superior em outro patamar. Fazendo das universidades espaços quase exclusivos da sala aula, sem vida efetiva para pesquisa e extensão, que em muitos casos são realizadas de forma remota. O antigo temor de que o projeto do capital para a educação transformasse as universidades públicas em ‘escolões de terceiro grau’ parece caminhar de forma acelerada. Não apenas pelos poucos recursos financeiros, mas também pela ampliação do assédio moral, a cultura individualista espalhada e alimentada pelo gerencialismo do mercado imbricado nas instituições de ensino. As universidades não são o local idílico de trabalho, o espaço de pessoas que pensam igual e defendem os mesmos projetos. A disputa de projetos e, portanto, de sociabilidade está posta no interior da comunidade acadêmica, provocando adoecimento, assédio, esvaziamentos e muitos conflitos. Essa realidade, a cada dia, faz do domicílio, o lugar preferido para a realização do trabalho acadêmico.

Pesquisar sobre os efeitos desse processo para a organização dos docentes, técnicos-administrativos e discentes, é fundamental, para pensar as lutas reais necessárias à defesa da educação pública de qualidade e socialmente referenciada. Daí o desafio de superar a fragmentação interna ao movimento docente e construir um projeto de educação pública superior que interesse a classe trabalhadora, e tenha como horizonte a emancipação humana.

As eleições do ANDES-SN como expressão das disputas de projetos na conjuntura brasileira desafio para a manutenção do movimento docente combativo

A Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior, fundada em 1981, se tornou Sindicato Nacional em 1988, logo após a promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF/88), quando o funcionalismo público conquista o direito de se organizar sindicalmente. As bases da organização da ANDES estão na constituição das Associações Docentes, ainda na década de 1960, quando professores em diferentes instituições de ensino, mobilizados por interesses distintos, iniciaram sua organização coletiva. Naquele momento, não tinha expressão na pauta dos docentes reivindicações como a construção de um projeto de educação superior, carreira, condições de trabalho, entre outros, que posteriormente deram sentido à organização nacional docente e, posteriormente, à organização sindical.

As primeiras associações docentes começam a ser organizadas no final da década de 1960, em plena ditadura empresarial-militar, o que indica, de início, uma disposição para a organização coletiva entre docentes. As condições de trabalho, assim como a luta por carreira docente, pautam, desde o início, a mobilização, assim como uma perspectiva mais de defesa da universidade, sem necessariamente ter uma pauta de reivindicação corporativa (MIRANDA, 2017).

Assim, as motivações iniciais para a organização de associações, em diferentes lugares do Brasil, foram distintas, como afirma Miranda (2017, p. 34), “não por uma contingência, mas pelo fato que a educação superior brasileira apresentava sinais de crescimento desde a década de 1950”. A unidade do movimento docente começa a surgir apenas no final da década de 1970, quando as associações docentes passam a ser convidadas para articulações nacionais.

Desde o início, a ANDES é marcada pelas disputas de distintas concepções de organização docente. De um lado, um conjunto de professores defendia a necessidade de organização coletiva, pautada na perspectiva de uma associação de caráter acadêmico, que priorizasse as demandas para a produção da ciência e a consolidação da universidade pública brasileira nas bases do reconhecimento internacional. Por outro, um grupo de docentes, que indicava como caminho para a construção de um projeto de universidade pública, a construção de uma organização com caráter sindical. Os primeiros anos da organização docente no Brasil, foram marcados por esse debate, como aponta Miranda (2017, p. 38).

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) influenciou o processo de organização do movimento docente universitário. Em primeiro momento, pelo seu caráter científico, chegou a ser polo aglutinador dos professores, que ali se reuniram para discutir a universidade. A força da SBPC pode ser percebida, tanto por ter sediado o encontro de várias AD's, pela primeira vez, para a discussão de construção de uma entidade nacional, quanto pelo fato de que era defendida como modelo organizativo (científico-acadêmico) à própria entidade nacional.

Os projetos em disputa ao entorno da construção da primeira associação docente do ensino superior do Brasil, se explicitaram logo na primeira disputa eleitoral para a constituição da Comissão Provisória para a formação da Associação Docente em 1981. Dois professores se apresentaram como candidatos ao cargo de presidente, Osvaldo Maciel da UFSC e Luiz Pinguelli Rosa da UFRJ. Miranda destaca em sua tese:

Segundo Luiz Pinguelli Rosa, “a concepção sindical certamente era puxada mais pelo grupo que apoiava o Maciel”, já ele representava o grupo que defendia “a concepção de entidade mais como uma associação, nos moldes da Associação Brasileira de Física”. (MIRANDA, 2017, p. 59)

Impulsionado pelo movimento do Novo Sindicalismo, que buscava a construção do movimento sindical combativo e autônomo em relação ao Estado, questionando inclusive a legislação sindical estabelecida no governo de Getúlio Vargas (1930-1945), a organização docente foi ganhando contornos e característica de combatividade. A realidade passou a impulsionar a organização política. A necessidade de enfrentar a ditadura empresarial-militar (1964-1985), de mobilizar em torno de demandas de carreira e da constituição de um sistema público de ensino superior, foi pautando a mobilização e organização docente.

Já na década de 1980, o caráter combativo vai se tornando a marca da ainda ANDES, o que se intensifica, após sua constituição como Sindicato Nacional. O ANDES-SN é marcado pelo que Vásquez denomina de práxis social.

Em um sentido mais restrito, a práxis social é a atividade de grupos ou classes sociais que leva a transformar a organização e a direção da sociedade, ou a realizar certas mudanças mediante a atividade do Estado. Essa forma de práxis é justamente a atividade política. (VÁSQUEZ, 2007, p. 231)

Uma práxis social construída sobre a égide da autonomia e independência de classe, de autonomia em relação a partidos, governos e patrões. Pautada na mobilização pela base, na articulação com as lutas gerais da classe trabalhadora, sem se limitar a ações corporativas de interesse da categoria docente. Uma práxis que impulsiona a participação ativa nas lutas gerais da sociedade, como a luta pela redemocratização do país e contra a ditadura empresarial militar; a defesa de um projeto de Constituição Federal democrática; a incorporação da educação 100% pública, gratuita e como obrigação do Estado, assim como a defesa da verba pública exclusivamente para instituições públicas de ensino. Uma atividade política comprometida com a luta dos povos originários, indígenas, periféricos, negros e negras, quilombolas, mulheres, Lgbtqiap+ e pessoas com deficiência.

Vale destacar que, como práxis, que se movimenta tendo como base as relações sociais e os movimentos reais da classe trabalhadora, foi incorporando novas demandas e pautas. Como afirma Vasquez (2007, p. 231), uma práxis “condicionada pelas possibilidades objetivas inscritas na própria realidade”.

Segundo Rosso (2022), referindo-se à organização das associações docentes nas décadas de 1970 e 1980:

O movimento não era específico da educação e menos ainda da educação superior. O movimento era da sociedade como um todo, que buscava livrar-se do sistema ditatorial por meio de um processo organizativo esparrando pelos quatro cantos da nação. A organização da universidade soou junto com a sociedade. (ROSSO, 2022, p. 332)

Esse impulso inicial, que levou à construção do ANDES-SN, foi sendo também afetado pelas transformações sociais em curso, em uma sociedade que buscava deixar para trás as formas autoritárias de um regime empresarial militar, mas que, ao mesmo tempo, como consequência da crise internacional do capitalismo e do chamado socialismo real, não avançou em um projeto unitário para o conjunto da classe trabalhadora. Velhas e novas questões permearam a construção do movimento sindical docente. Se nos primórdios explicitamente buscava uma organização que se distanciasse do chamado ‘velho sindicalismo’ atrelado ao Estado, com o tempo, os debates sobre a construção de um governo que alterasse as relações do Estado e fosse orientado pelos interesses da classe trabalhadora foram ganhando a cena política no debate sindical.

O fim da ditadura empresarial-militar em 1985, apesar de deixar entulhos autoritários, fortemente sentidos na universidade pública, impulsiona a retomada da organização autônoma dos trabalhadores. O período considerado como de redemocratização e de luta por uma nova Constituição Federal, marca a explosão de novos e velhos movimentos sociais que se (re)organizam, assim como a construção de partidos políticos e de centrais sindicais. O ANDES-SN se consolida em meio a essas mobilizações eivadas de

disputas, que passam inicialmente pela definição do caráter que a organização docente nacional deveria ter, mas, paulatinamente, se imbrica nas divergências próprias do movimento sindical e partidário em curso no país. Mesmo que o bipartidarismo tenha acabado oficialmente no Brasil em 1979, através da promulgação da Lei nº 6.767, é apenas após 1985 que os partidos comunistas voltam à legalidade. Antes disso, em 1980, o Partido dos Trabalhadores (PT) é fundado, já como expressão dos movimentos que se opunham à ditadura empresarial militar.

Portanto, a ANDES e o PT, se desenvolvem de forma mais orgânica, na mesma década, assim como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), fundada em 1983, e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), fundado em 1984. Após uma década de reorganização da classe trabalhadora no Brasil, a história que se segue é de sucessão de novas construções coletivas, tentativas distintas de construção de projetos para e com a classe e de revitalização de antigas estruturas burocráticas e assistencialistas vinculadas aos trabalhadores. Mas há também um acúmulo de divergências táticas e estratégicas, de programas e projetos, que aprofundou de forma importante a fragmentação entre as organizações da classe trabalhadora.

Uma miríade de partidos políticos, movimentos sociais e populares, centrais sindicais, movimentos estudantis, que buscavam e ainda buscam – cada qual ao seu modo, com o projeto que consideram mais apropriado para o conjunto da classe trabalhadora, para sua categoria ou para o segmento que atuam – construir coletivos que disputem pautas políticas, organizações e entidades. Aprofunda-se, como expressão da organização internacional dos trabalhadores e da crise internacional do capital, a fragmentação da denominada ‘esquerda’² no Brasil.

Importante ressaltar que o que denominamos fragmentação da ‘esquerda’, não deve ser confundido com defesa da unicidade sindical, que impõe, por meio da legislação sindical brasileira, aprovada por Getúlio Vargas na década de 1940, a possibilidade de um único sindicato para cada categoria. Ou seja, o trabalhador não tem possibilidade de escolha, a ele é imposta a filiação a um único sindicato de categoria, mesmo que em seu local de trabalho, como são as universidades públicas, tenha mais de um sindicato organizado (Sindicato dos docentes, Sindicato dos técnicos-administrativos, Sindicato dos trabalhadores terceirizados). Sabe-se que alguns sindicatos de base dos técnico-administrativos nas universidades públicas possibilitam a filiação de docentes, porém, mesmo que seja possível, a representação docente só pode ser realizada pelas seções sindicais do ANDES-SN, ou pelos sindicatos locais vinculados ao Proifes. O ANDES-SN defende a Convenção nº 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que indica a liberdade de sindicalização entre os trabalhadores, opondo-se à estrutura sindical vigente, entulho autoritário do governo Vargas. O ANDES-SN também se coloca contra toda e qualquer contribuição sindical compulsória, por isso, desde o início de sua constituição, defendeu a livre filiação e foi contra o Imposto Sindical³.

Já na década de 1990, durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2002), começam os embriões das divergências políticas, que protagonizariam rupturas internas importantes no movimento docente do ANDES-SN, que marcaram o período seguinte e também os processos eleitorais. As divergências foram se acumulando: i) a posição do presidente da CUT a época, Vicentinho, de crítica ao funcionalismo público; ii) a posição da CUT na priorização de construção das mobilizações para garantir a

eleição de Lula; iii) as divergências internas na então corrente sindical ANDES-AD, que até a primeira metade da década de 1990 reuniu todas as forças e partidos de esquerda do movimento docente, e já na segunda metade da década começa a se fracionar.

As declarações públicas contra o funcionalismo público, realizadas por Vicentinho, e o aceite para compor a mesa sobre a reforma da previdência do governo FHC, que logo em seguida deu origem à primeira contrarreforma da previdência em 1988 – que, entre outras coisas, elevou a idade da aposentadoria de homens e mulheres do setor público e criou o fator previdenciário –, gerou fissuras no movimento docente. As posições do então presidente da CUT repercutiram no interior do movimento docente do ANDES-SN, servindo como desgaste para a greve nacional dos docentes ocorrida em 1996. Como demonstrado na análise do Comando Local de Greve da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Amazonas (ADUA-SSIND).

A CUT, a central sindical mais avançada na luta dos trabalhadores, embarcando no pacote ideológico do Estado, praticamente alinhou-se ao discurso dos privilégios, na luta contra a reforma previdenciária. Confundiu conquistas com privilégios (...). (MIRANDA, 2017, p. 141)

Inauguram-se, na segunda metade da década de 1990, as disputas eleitorais no interior do Sindicato Nacional, nas eleições para o biênio 1996-1998, três chapas concorrem ao pleito, sendo a chapa 1, composta pela corrente Andes-AD, a vencedora. Aqui começa a se expressar a disputa entre partidos e intrapartidária no interior do ANDES-SN, o que levou, na eleição seguinte, para o biênio 1998-2000, a vitória da chapa opositora à Andes-AD, quando as correntes internas do PT se dividem em duas chapas concorrentes. As disputas no interior do movimento docente vão se diversificando, não ficando restritas a concepção sindical, a pauta corporativa x pauta geral, mas ampliando para a relação que o sindicato deve estabelecer com os governos e essencialmente, para disputas internas entre partidos e intrapartidárias. O novo século acirra as disputas entre correntes sindicais do movimento docente, explicitando as disputas intrapartidárias, mas agora não apenas do PT, mas também do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), a partir da segunda metade da segunda década dos anos 2000. A disputa por ocupar espaço na política institucional e partidária impulsionam, no interior da vanguarda, disputas políticas de outra natureza.

Durante cinco eleições consecutivas (1996, 1998, 2000, 2002 e 2004) do ANDES-SN, as disputas internas se expressaram em disputa entre chapas. A corrente sindical ANDES-AD, apesar de continuar hegemônica no movimento, sofre divisões, passando a se constituir no movimento docente um campo político que mais tarde deu origem ao Proifex, saindo do Sindicato Nacional. O PT se divide no movimento docente do ANDES, tendo permanecido em dois grupos políticos. A partir de 2005, já com Lula eleito, e com o projeto do sindicato cartorial para acabar com o ANDES em processo de construção, o PT sai do movimento docente organizado, retornando apenas em 2015 de forma mais organizada.

Se inicialmente, ainda na fundação da ANDES, a disputa era sobre o caráter da instituição, se sindical ou mais vinculada a questões acadêmicas, no final dos anos 1990 e início dos 2000, a disputa passa a ser sobre a relação que o Sindicato Nacional deve estabelecer com partidos e governos. Apesar de ter se filiado à CUT ainda nos anos 1980, já no final dos anos 1990, começam as críticas a essa central sindical. O

movimento político realizado pela CUT, tendo como objetivo contribuir para as disputas institucionais do PT, foram afastando a central de uma perspectiva classista, autônoma e democrática. A CUT foi se tornando o braço sindical do PT e direcionou sua força sindical para a eleição de Luís Inácio Lula da Silva em 2002. As explicitações da perda de autonomia e independência começaram já na baixa resistência da CUT à contrarreforma da previdência do governo Lula em 2003, e, no ano seguinte, seu apoio à fundação do Proifes⁴.

Já em 2003, com a eleição de Lula à presidência da República, a militância petista e do PCdoB, afastou-se do movimento docente do ANDES-SN. Mantiveram-se, por cerca de 12 anos, afastados dos espaços deliberativos nacionais, de mobilização nas bases e da disputa eleitoral no Sindicato Nacional. Retornaram à mobilização no ANDES-SN durante a greve de 2012, com o objetivo de enfraquecer a greve e possibilitar a assinatura do acordo da categoria docente entre Proifes e governo. Em 2015, também na greve, e as vésperas do golpe contra a presidente Dilma Rousseff (2011-2014 e 2015-2016), quando o governo já demonstrava fragilidade e a impossibilidade de responder às demandas da burguesia, ante a profunda crise econômica que o país passava, o grupo de militância petista retornou com mais força à militância no ANDES-SN, fundando, em 2016, o Fórum Renova Andes.

Mas antes do retorno petista ao ANDES-SN, já tínhamos novas movimentações no interior do movimento docente. Em 2012, após importantes divergências políticas, a Corrente Sindical Andes-AD se dividiu, dando origem a corrente sindical Andes de Luta e pela Base (ALB), composta por professores independentes, militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e de diferentes correntes internas do PSOL. Também se forma, já a partir da ruptura da antiga Andes-AD, o Coletivo Andes em Luta (CAEL), hegemonizado por militantes do PSTU. Mais tarde, por volta de 2015, se forma um novo coletivo sindical denominado Graúna, com militantes que antes eram próximos ao PSTU e também a ANDES-AD; um pouco depois se forma o coletivo Contraponto, com militantes do campo majoritário do PSOL, mas que no movimento docente do ANDES-SN, contava com poucos militantes. Em 2018, o coletivo ALB sofre uma ruptura, dando origem ao coletivo Rosa de Luxemburgo. Além desses coletivos, começam a se apresentar no movimento docente do ANDES-SN uma corrente do partido Proletário Operário Revolucionário (POR) e, em 2022, o coletivo Graúna também sofre uma ruptura dando origem a um novo coletivo. Em 2021 o PSTU sofre mais uma ruptura, o que acaba por dar origem, em 2023, a uma nova corrente no interior do ANDES-SN, denominada Aliança Revolucionária dos Trabalhadores (ART).

A partir da reorganização do PT no interior do movimento docente na base do ANDES-SN, o Sindicato Nacional passa a vivenciar disputas eleitorais intensas. O Renova-Andes começa a disputar as eleições das seções sindicais do ANDES-SN, e em 2018 entra na disputa para a direção nacional. Consolidase no interior do ANDES-SN a tendência de fragmentação e disputa já há muito posta no conjunto do movimento sindical, inclusive na história pregressa do Sindicato Nacional. Uma disputa pautada em concepção sindical e projetos de universidade distintos. Mas essencialmente, distintos na compreensão sobre a relação possível e necessária entre Sindicato Nacional, governo e partidos.

Como demonstra o quadro abaixo, a disputa eleitoral nacional no ANDES-SN, por mais de trinta anos, foi hegemonicamente de chapa única. Em vinte duas eleições ocorridas, em apenas nove houve disputa

com mais de uma chapa. Sendo a última disputa eleitoral, ocorrida em 2023, uma das mais expressivas, no que se refere ao peso eleitoral que os grupos políticos dispensaram ao processo.

QUADRO GERAL DAS ELEIÇÕES DO ANDES 1981-2023

Biênio:	Número de chapas concorrentes:	Sindicalizados aptos a votar:	Número de votantes:	Percentual de votantes em relação aos aptos a votar:
1981-1982	1*	Sem colégio eleitoral definido	-----	-----
1982-1984	1	26.522	12.998	49%
1984-1986	1	31.880	14.179	44%
1986-1988	2	41.488	25.697	62%
1988-1990	1	41.204	18.099	44%
1990-1992	1	45.664	16.018	35%
1992-1994	1	52.446	15.735	30%
1994-1996	1	56.714	13.879	24%
1996-1998	3	62.750	19.376	31%
1998-2000	2	69.169	21.342	31%
2000- 2002	2	66.874	24.946	37%
2002-2004	2	69.366	20.119	29%
2004-2006	3**	70.755	23.099	33%
2006-2008	1	70.110	13.094	19%
2008-2010	1	69.395	13.866	20%
2010-2012	1	65.749	10.836	16%
2012-2014	1	62.102	10.474	17%
2014-2016	1	66.532	9.157	14%
2016-2018	1	61.156	9.807	16%

2018-2020	2	69.152	16.887	24%
2020-2022	2	67.268	12.856	19%
2023-2025	4***	64.914	16.351	25%

*Eleição realizada em plenário do Encontro Nacional das Associações Docentes.

**Três chapas se inscreveram, mas uma teve seu registro indeferido por problemas na documentação.

***Quatro chapas se inscreveram, mas uma não completou a nominata, não chegando a realizar a inscrição definitiva.

Fonte: Elaboração própria com dados coletados nos arquivos do ANDES-SN.

Essas disputas eleitorais expressam, em certa medida, as disputas mais gerais no âmbito da classe trabalhadora e também a busca por hegemonia dos grupos, organizações políticas e partidos. Nas eleições para o biênio 1998-2000, a chapa vencedora representava um grupo mais adeso à política do possível dentro da ordem, que naquele momento teve o apoio do PCdoB, PCB e uma parte do PT, elegendo o professor Renato de Oliveira como presidente do ANDES-SN. Logo em seguida, algumas forças progressistas – entre elas o PCB –, que participaram da chapa vencedora, romperam com o grupo hegemônico e saíram da gestão. Mais tarde a gestão teve suas contas questionadas pelo Conselho Fiscal do Sindicato Nacional e o 21º Congresso do ANDES-SN deliberou pela sanção a Renato de Oliveira e mais dois diretores, pela má utilização de recursos financeiros do sindicato, remetendo ao 44º CONAD a decisão definitiva de suspensão por 60 meses. A carta do 36º CONAD, que deu posse a diretoria de Renato de Oliveira, realizado em Campina Grande em junho de 1998, já delineava o centro da disputa político partidária.

Acrescente-se que esses dois momentos ocorreram numa conjuntura de intensificação dos embates eleitorais nos níveis federal e estadual: de um lado, a continuidade do projeto neoliberal, e de outro, a possibilidade de um **projeto alternativo democrático e popular**. Esta conjuntura exige de todos nós **um decidido engajamento** no sentido de – juntos com os demais trabalhadores e setores organizados da sociedade civil –, derrotarmos aquele projeto e avançarmos no estabelecimento de relações sociais igualitárias duradouras. (ANDES, 2020, p. 56. Grifo nosso)

A análise expressa na Carta do CONAD de Campina Grande de 1998 aponta a disputa sobre a relação que o sindicato deveria estabelecer com o governo. A Carta do 45º CONAD, quando já havia sido eleita uma nova diretoria, do campo da corrente sindical Andes-AD, presidida por Luiz Carlos Lucas, ao mesmo que saúda a eleição de Lula, e aponta certa expectativa com o novo governo, também explicita a necessidade de manter o sindicato autônomo e independente.

Para enfrentar o próximo, imprescindível se faz a continuidade da luta. Com base nas reivindicações que historicamente defendemos. Com um sindicalismo classista, combativo, pela preservação da CUT como central sindical independente que se oriente pelos interesses dos trabalhadores. E com um sindicato que, de forma autônoma e democrática, não abdique das reivindicações e não abra mão de seus métodos de luta. (ANDES, 2020, p. 96)

Já em 2003, com a posse de Lula e a apresentação da proposta de Reforma da Previdência, uma das mais perversas para o funcionalismo público e aposentados, ampliam-se as divergências no âmbito da Andes-AD, que se consolidam mais à frente, com os debates travados para a saída do ANDES-SN da CUT em 2005, o que afasta o PT do movimento docente por um longo período.

Em 2004, quando três chapas se inscreveram, mas uma foi indeferida, concorreram a Chapa 2, formada pela antiga Andes-AD, e a chapa 3, formada pelo PT e seus apoiadores; a chapa 2 venceu o pleito. Passaram-se seis gestões para que o PT voltasse a disputar as eleições para a direção nacional do ANDES-SN. Nesse período, como já apontado, a prioridade do PT foi a construção dos governos e a fundação do Proifes. Após o golpe de 2016, com a evidência da falta de mobilização política e social para a defesa do governo Dilma, a necessidade de ampliação de bases e estruturas para a acirrada disputa que se desenhou com a extrema direita, e a frustrada tentativa de ampliação das bases do Proifes, o PT retornou ao movimento docente do ANDES-SN, agora como Renova-Andes, apresentando o velho com nova roupagem. Nas eleições seguintes, de 2018, 2020 e 2023, montaram chapa, utilizando o aparato cutista e partidário na disputa, mas ainda assim não foram vitoriosos.

As três últimas disputas eleitorais do ANDES-SN, parecem indicar certa consolidação dos princípios construídos pela categoria docente, no que se refere a necessidade de manter o Sindicato Nacional autônomo de partidos, governos e reitorias, assim como preservar a independência de classe e de governos, o que não deve ser confundido com neutralidade. Porém, faz-se necessário reconhecer o crescimento do movimento petista no interior do movimento docente.

A categoria docente, após a trágica experiência pós-golpe, com o governo de Michel Temer e de Bolsonaro (2019-2022), o avanço do ultraneoliberalismo, os retrocessos sociais e toda a sociabilidade violenta impulsionada pela extrema direita, fez a opção de votar em Lula em 2022. Porém, isso não significou uma absoluta adesão ao projeto de conciliação de classes. Ainda que o aparato institucional do PT, da CUT, de governos locais e de reitorias, tenha impulsionado a chapa do Renova-Andes, a proposta de manutenção de um Sindicato Nacional autônomo, independente e organizado pelas bases, saiu vitoriosa, mesmo que por poucos votos. A diferença entre a chapa vencedora organizada pelo Coletivo Docente ALB e a segunda colocada, o Renova-Andes, foi de cerca de trezentos votos. A terceira colocada no pleito, a chapa 2, vinculada ao Coletivo Rosa Luxemburgo e ao CAEL, apesar de um bom desempenho, não atingiu 15% dos votos.

A divisão no campo do movimento docente da autonomia de classe, no qual se localizavam as chapas 1 (ALB) e 2 (Rosa Luxemburgo e CAEL), quase levou à vitória da conciliação de classe (chapa 3 – Renova Andes), em 2023. O que deve gerar profundas reflexões para o movimento docente no próximo período, assim como indica grandes desafios para a futura direção nacional do ANDES-SN. Em 1988, quando três chapas concorreram ao pleito, a divisão do campo progressista do movimento docente, levou à vitória da Chapa de Renato de Oliveira, que marcou a história do ANDES-SN por sua má gestão de recursos, perda de autonomia e combatividade. Para além do fato que as disputas eleitorais podem fortalecer o movimento e a democracia, é necessário analisar o quanto algumas disputas no campo combativo podem fragilizar o Sindicato Nacional, correndo-se o risco de, no lugar de impulsionar a mobilização, arrastar o ANDES-SN para o limbo em que se encontra uma parte importante do movimento sindical, sem autonomia e subordinado a projetos partidários, patronais e/ou de governos.

O quadro abaixo, com os números de votos de cada chapa dividido entre instituições federais de ensino, instituição municipal (apenas uma instituição é vinculada ao ANDES-SN) e instituições estaduais,

nos fornece algumas chaves analíticas para compreender o impacto da conjuntura do país, e os efeitos do último período, nas eleições do Sindicato Nacional.

QUADRO GERAL DE VOTAÇÃO NAS ELEIÇÕES 2023 POR SETOR

	Chapa 1- Andes de Luta e pela Base-ousadia para sonhar e coragem para lutar!	Chapa 2- Andes Classista e de luta	Chapa 3- Renova Andes	Percentual de votos na chapa com relação ao total de votantes.
Instituições Federais	4.852	1.692	5.095	43,17%
Instituições Municipais	0	55	2	13,78%
Instituições Estaduais	2.206	506	1.666	41,36%
Total de votos:	7.058	2.253	6.763	

Fonte: elaboração da autora.

Importante reconhecer que os impactos cotidianos na vida acadêmica das vinte e duas intervenções que o governo Bolsonaro realizou no que se refere à nomeação de interventores para as universidades federais; assim como os sucessivos ministros da educação que realizaram gestões absolutamente precárias no MEC; o congelamento salarial; as perseguições e a criminalização docente, e o drástico corte de verbas, certamente são elementos que devem ser considerados para a vitória da Chapa 3 nas instituições federais de ensino. O receio da continuidade de Bolsonaro mobilizou de forma intensa as comunidades acadêmicas para a eleição de Lula em 2022, o caldo cultural formado nesse processo, após o longo período de isolamento social, foi um fôlego para o projeto petista no movimento sindical.

Por outro lado, mesmo que nas instituições estaduais de ensino, a mobilização docente para a eleição de Lula também tenha sido forte, a realidade vivida com governos de estado petistas, era desalentadora, contrário ao projeto de educação que o ANDES-SN defende. Os embates entre movimento docente nos estados do Ceará, Bahia, Piauí, Maranhão, entre outros, com gestões petistas, que não respeitam o movimento docente, mantêm universidades de forma precarizada, não garantem reajuste salarial, etc.,

também devem ser considerados como elementos que impactaram a vitória da Chapa 1 nessas instituições. O convívio com a gestão petista de forma local, tanto nos governos, como na gestão de algumas seções sindicais, impôs limites à vitória da chapa 3.

De diferentes formas, as disputas no interior do movimento docente revelam os processos vividos pela organização dos trabalhadores, derivadas de seu fracionamento e, também, dos desafios postos para o conjunto da classe e das organizações políticas do campo classista e antineoliberal. Podemos destacar, de forma pontual, algumas questões que ainda estão em processo de análise, e que merecem atenção e estudos aprofundados, como: i) a baixa sindicalização hoje no Brasil, que reverbera também no âmbito do funcionalismo público e na categoria docente; ii) a baixa participação dos sindicalizados nos processos eleitorais; iii) o distanciamento das estruturas sindicais dos trabalhadores da base; iv) a dificuldade de diálogo no campo da esquerda que preza pela autonomia e independência de classe; v) a ausência de projeto unitário com e para a classe trabalhadora, do qual a existência de mais de uma dezena de centrais sindicais hoje no Brasil é expressão; vi) a disputa fratricida que parte da ‘esquerda’ trava no Brasil hoje; vii) a trajetória de pouca experiência coletiva que os docentes recém-ingressos apresentam, o que faz com que não tenham o movimento sindical como referência; viii) a disputa acadêmica meritocrática, que ganha contornos adocedores no âmbito dos docentes, dificultando sua inserção em espaços coletivos; ix) a cultura individualista que se espalha pela sociedade e também entre docentes; e x) a sociabilidade violenta e autoritária, que também avança no interior das instituições de ensino, tendo nas intervenções realizadas pelo governo Bolsonaro, nos processos de nomeação de reitores, uma de suas expressões.

Assim, o desafio posto, após o último processo eleitoral do ANDES-SN, parece ser o desafio posto para o conjunto do movimento sindical, o de construir um projeto que interesse a classe trabalhadora, com as mediações necessárias diante de partidos, governos e patrões, mas essencialmente construído pela base. Nesse sentido, a manutenção de um sindicato que respeita e acolhe a militância partidária, sem se confundir com um aparato partidário, e de uma posição de negociação com governos e reitorias, sem se confundir com sua base de sustentação, parece ser o centro do equilíbrio para o fortalecimento do movimento docente classista, anticapitalista e antineoliberal.

Reflexões para continuar o debate

Importante salientar os elementos que, merecem constante reflexão e que demandam pesquisa, que se conectam com o movimento geral de organização da classe trabalhadora, com as disputas no interior da mesma classe e com o campo considerado de ‘esquerda’. Se analisados à luz da história, indicam um conjunto de desafios que o movimento docente deve enfrentar, sob risco da ampliação de sua fragmentação e de comprometer a defesa de um projeto de universidade pública, gratuita e socialmente referenciada, cedendo às imposições do projeto do capital e da mercantilização da educação.

Como afirma Antunes (2020, p. 17):

Um dos primeiros desafios dos sindicatos e dos movimentos sociais de classe é compreender a nova morfologia do trabalho, com sua maior complexificação e

fragmentação: uma classe trabalhadora que se reduz em vários segmentos e se amplia em outros simultaneamente; que é muito mais segmentada, heterogênea, com clivagens de gênero, raça, etnia, acarretando fortes consequências em sua ação concreta, em suas formas de representação sindical.

Os riscos de legitimação de um sindicalismo dentro da ordem, limitado ao possível hoje, que subordina as demandas da categoria à estabilidade de governos, reitorias, e/ou à autoconstrução partidária são grandes. Mas também a consolidação de um sindicalismo mais preocupado com a autoconstrução partidária e com a instrumentalização do sindicato para as disputas entre os partidos e intrapartidária, também é grande. Essa talvez seja a chave de mudança no movimento sindical docente no âmbito do ANDES-SN: no início, as filiações partidárias, que sempre existiram, não se sobrepunham aos interesses da categoria e a necessidade de construção do próprio ANDES. Na segunda década dos anos 2000, com o aprofundamento da fragmentação das organizações da classe trabalhadora, as disputas internas e autoconstrução tomam a cena política. Combater práticas degeneradas, ampliar o diálogo com a categoria para melhor mobilizar e sindicalizar, intensificar o trabalho de base e as formas de comunicação são imprescindíveis. Fazer a grande política e se afastar da pequena política, nos termos de Gramsci (2000), é fundamental para o movimento docente.

Referências:

- ANDES-SN. **Cartas do ANDES – CONAD do Sindicato Nacional**. São Paulo: Outras Palavras, 2020.
- ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- ANTUNES, R. **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.
- DARDOT, P; LAVAL, C. **Comum – ensaios sobre a revolução no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2017.
- FERNANDES, F. **O desafio educacional**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.
- FERNANDES, F. **Universidade brasileira: reforma ou revolução?** São Paulo: Expressão Popular, 2020a.
- FERNANDES, F. O que é revolução? In: BOGO, Ademar (org.). **Teoria da Organização Política**. Volume II. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- LIMA, K. **Contra-reforma na educação superior: de FHC a Lula**. SP: Xamã, 2007.
- LUXEMBURGO, R. **Reforma ou revolução?** São Paulo: Expressão Popular, 1999.
- MACHADO, L. A. da S. Violência urbana, sociabilidade violenta e agenda pública In: ____ (org.). **Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- MARX, K. Prefácio de 1859. In: _____. **Para a Crítica da Economia Política. Manuscritos Econômicos – Filosóficos e outros textos escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, 1974. (Coleção Os pensadores).
- MIRANDA, K. **Lutas por educação no Brasil recente: o movimento docente da educação superior**. Niterói: EDUFF, 2017.
- PAULA, L. G. P. de. **Estratégias e táticas: reflexões no campo do Serviço Social**. Curitiba: CRV, 2021.
- ROSSO, Sadi Dal. Sindicalismo do ensino superior: um relato In: MANCEBO, D.; FERREIRA, M. O. V.; ROSSO, S. Dal (org.). **Associativismo e sindicalismo em educação e crises do capitalismo contemporâneo**. Jundiá: Paco, 2022. p. 327-335.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da práxis**. São Paulo: Expressão Popular; CLACSO, 2007.

Notas

¹ Doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professora associada da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF), membro do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da UFF, coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Favelas e Espaços Populares (NEPFE). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0001582721310808>. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-6307-8062>. E-mail: farage.eblin@gmail.com.

² Considerada aqui, para termos dessa análise, de forma genérica, como organizações anticapitalistas e que se opõem ao *status quo*.

³ O imposto sindical foi criado na legislação trabalhista de Getúlio Vargas e correspondia a um dia de trabalho de todo trabalhador formal, que era descontado anualmente, e repartido entre confederação, federação e sindicato de base da categoria ao qual o trabalhador estava vinculado, independente de ser ou não sindicalizado. Essa estrutura, considerada autoritária pelo ANDES-SN, foi a fonte de sustentação financeira de muitos sindicatos e centrais sindicais por décadas, até a reforma trabalhista de 2017 do governo Temer (2016-2018), que acabou com a compulsoriedade da contribuição.

⁴ O Proifes foi a tentativa de criar um sindicato docente, fundado na sede da CUT em São Paulo em 2004, com o objetivo de ser o interlocutor dos docentes junto ao governo petista. A criação desse que o ANDES-SN considera um sindicato 'chapa branca' e cartorial, tinha por objetivo enfraquecer a organização do Sindicato Nacional. Sua trajetória como sindicato docente não frutificou, e o Proifes nunca alcançou a carta sindical como representante nacional da categoria docente e nem tão pouco como Federação, como passou a se denominar após 2009. Ainda assim, o Proifes foi o responsável pela assinatura dos 'acordos' com o governo nos anos de 2012 e 2015, debelando fortes greves nacionais das instituições de ensino federais que estavam em curso. Nos acordos assinados, o Proifes flexibilizou a carreira docente e desconsiderou os docentes aposentados, entre outras perdas. O governo de Lula em 2012 e o de Dilma em 2015 desconsideraram as mais de 40 instituições federais em greve, dirigidas pelo Comando Nacional de Greve do ANDES-SN, não ouviram a categoria e, à revelia, assinaram os acordos com a entidade cartorial criada para tal fim.

Recebido em: 06 de jul. 2023

Aprovado em: 07 de ago. 2023